

1. Observações iniciais

De início, gostaria de fazer três tipos de observação. Em primeiro lugar, destacar a importância de pesquisas como as de João Victor Issler, Carlos Roberto Azzoni e João Ricardo Faria. Acho importantíssimas, prestam um serviço inestimável à Capes e aos programas de pós-graduação e à pesquisa na área de economia. Ainda que eu discorde de algumas de suas conclusões: em relação ao Azzoni, meu colega de departamento, discordo de sua conclusão central segundo a qual publicar em revista estrangeira é “pregar no deserto” (conclusão que, de resto, contraria sua prática profissional); em relação a João Victor e João Ricardo Faria, discordo principalmente da classificação dos programas a partir de seu *ranking* de publicações internacionais, ou mesmo nacionais.

O que me leva à segunda observação: não acho que a avaliação dos programas de pós-graduação, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, deva ter como critério exclusivo o número de publicações, ponderado por seu impacto presumido. Também não acho que o critério de publicações seja decisivo para definir a competência de pesquisadores individuais, muito menos em uma área como a nossa, que não têm a estrutura de pesquisa de laboratório, e onde ainda há muita autoria individual. E não digo isso pelo fato de as medidas de produtividade estarem sujeitas a muitos vieses de interpretação. O centro do meu argumento é a necessidade de contemplar muitos outros critérios importantes, entre eles a capacidade demonstrada pelo programa de formar alunos. Por redução ao absurdo, podemos imaginar um grupo de pesquisadores que se reúne para montar um programa, todos com muitas publicações mas que não formam, não orientam alunos. Não é assim que os indicadores de desempenho dos programas de pós-graduação são avaliados, no mundo, e não é por menos que todas as áreas da Capes adotam, já faz muito tempo, um sistema complexo de indicadores, do qual a publicação faz parte como critério central.

A terceira observação inicial refere-se a uma informação importante para balizar nossa discussão, que, desconfio, não é do conhecimento de todos: os critérios adotados na avaliação não são decididos pelas várias áreas isoladamente, mas, ao contrário, são definidos pelo Conselho Técnico Consultivo (CTC) da Capes. A área de economia reúne-se com as demais outras áreas de Ciências Sociais Aplicadas para decidir sobre a estrutura geral de seu sistema de indicadores, que está por sua vez sintonizado com o sistema adotado por todas as outras áreas. Nós temos autonomia para decidir, por exemplo, sobre o *ranking* de nossos periódicos, ou sobre se nós devemos valorizar mais livro ou artigos, quais os congressos mais importantes da nossa área e assim por diante. Temos alguma autonomia sobre a operacionalização de cada critério, mas não sobre a estrutura geral do processo de avaliação. Aliás, a

atribuição de conceitos para os vários programas é feita no âmbito do Comitê de Economia, mas sua ratificação só ocorre no âmbito do CTC. Antes de convencer o CTC sobre a adequação de nossos procedimentos, não temos os conceitos oficializados. O CTC tem autonomia inclusive para passar por cima do comitê de área e aumentar ou diminuir notas, como já fez no passado.

2. Semu nóis arguns caipira, tarveis?...

Isso me leva à discussão que tive com os integrantes do CTC, na avaliação trienal de 2001, sobre as publicações internacionais da área. Como sabemos, a Capes definiu a inserção internacional de um programa como um critério estratégico e essencial para que ele possa passar da nota 5, que é a mais alta na primeira etapa do processo de avaliação, para 6 ou 7. Isso foi adotado na avaliação de 1998 e “sacramentado” na de 2001. Antes disso, não havia nenhum peso adicional pelo fato do programa ter publicações internacionais, caía tudo numa vala comum.

Pois bem, na avaliação de 2001 eu e o Campolina tivemos uma longa discussão com o CTC sobre o fato de termos poucas publicações internacionais. Eles diziam não entender porque a área de Economia tinha pouquíssimos artigos publicados em periódicos internacionais; que isso acontecesse nas áreas de ciências humanas, diziam eles, era compreensível, mas não na de economia, entre outras coisas por ser uma área que lida com preços e quantidades, em que a matemática desempenha um papel muito grande.

Bem, sustentamos a discussão com nossos argumentos, de várias naturezas, mas devo confessar que lá no fundo ficou uma dúvida sobre as razões dessa pequena inserção internacional dos pesquisadores da nossa área. Há explicações mais à mão, como o fato de revistas estrangeiras não se interessarem por nossas interpretações particulares sobre inflação, por exemplo, mas eu sentia que no fundo eram insatisfatórias. Ainda hoje, pensando a respeito, acredito que há uma espécie de *lock-in* nessa área.

Ai eu me lembrei de um episódio que aconteceu comigo na estação rodoviária de São Paulo, alguns anos atrás. Eu estava lá, o movimento era grande, e do meu lado havia uma família aparentemente meio desorientada. Aproximei-me do chefe da família e perguntei, solícita: “Posso ajudar? Posso conferir sua passagem, para ver se estão no local certo?” O sujeito encarou-me e devolveu a pergunta: “Semu nóis arguns caipira, tarveis?...” Então eu juntei os dois episódios e fiquei pensando até que ponto essa pergunta cabia para a nossa área de economia: “Semu nóis arguns caipira, tarveis?...”

Bem, ainda não tenho clareza total sobre o assunto, mas há umas impressões que eu gostaria de compartilhar com vocês. Por que não publicamos em periódicos internacionais? Por que existe um grande número, que cresce quase exponencialmente nos últimos tempos, de periódicos nacionais? Bem, isso não é exclusividade nossa: nas ciências humanas, por exemplo, predomina a publicação nacional. A

porcentagem de pesquisadores que têm publicação em periódicos internacionais da especialidade é muito reduzida, mesmo para programas com 6, 7 de conceito.

Lembrei-me de Florestan Fernandes, que em um congresso realizado em Belo Horizonte em 1968 teve uma acalorada discussão com Guerreiro Ramos, do ISEB. Este, nacionalista fervoroso, dizia que era preciso abandonar a sociologia importada e construir uma sociologia autenticamente brasileira. Florestan discordou e defendeu a literatura internacional na área. Era preciso adaptar-se aos padrões internacionais, dizia ele, não tinha sentido construir uma nova teoria adaptada às condições “caboclas”.

O interessante é que Florestan defendeu a literatura internacional mas ele mesmo nunca publicou em língua estrangeira. Nas ciências humanas e nas ciências sociais aplicadas, aliás, raríssimos pesquisadores faziam isso até 10, 20 anos atrás. Os que publicaram em língua estrangeira tiveram seus livros traduzidos por iniciativa das editoras, era tudo.

Fui olhar, por curiosidade, os primeiros números da Revista Brasileira de Economia. No 1º número (ano 1, vol. 1 de 1947) o presidente da FGV, Luiz Simões Lopes, apresenta o periódico como fruto do interesse “no tratamento sistemático de assuntos relacionados com a economia nacional, notadamente no que se refere a ensino das disciplinas de teoria e aplicação da ciência econômica”. Pois bem: muitos artigos eram traduções de artigos estrangeiros, de Haberler, Tinbergen, Hansen, Prebisch etc. Depois dos artigos, havia uma sessão chamada “Bibliografia”, que corresponde ao que hoje chamamos de resenha, que servia para introduzir os leitores nos princípios da teoria econômica: teoria monetária, balanço de pagamentos, contabilidade social etc.

Bem, naquela época era importante traduzir os originais estrangeiros para os brasileiros. Isso definitivamente já passou, os leitores de revistas especializadas de economia lêem inglês, sem problema. Então por que temos ainda tantas revistas? Será que a mera existência delas não nos bloqueia a iniciativa de buscar outros veículos para divulgar aquilo que pesquisamos?

Não sei muito bem a resposta, mas a hipótese de uma espécie de *lock-in* me parece plausível. Nós precisamos nos expor mais no panorama internacional. Precisamos competir, não apenas para sermos famosos, para defender as cores do Brasil, mas, sobretudo, para participar do debate internacional. Nós temos o quê dizer, em algumas áreas talvez muito mais do que o pessoal que tem tido voz ativa nesse debate.

Só que nós estamos em um momento de transição na direção de maior inserção internacional. Existem todos os custos do processo de adaptação, que nós precisamos considerar em nosso julgamento. A maioria dos centros brasileiros não tem publicações internacionais e, mesmo dentro dos centros onde já existe alguma, a maioria dos pesquisadores não tem publicações internacionais. Um dos custos do processo de

adaptação é o tempo de espera, que é maior. A taxa de rejeição é maior, e o tempo de espera também. Há maior qualidade nos artigos de brasileiros publicados em periódicos internacionais? Eu diria que, em média, sem dúvida. Nunca recebi um parecer de 10 páginas com sugestões e críticas, como é comum receber dos pareceristas de revistas internacionais. Então escrever um artigo para esse tipo de periódico implica aumento da qualidade do artigo, inclusive capacidade de comunicação. Precisamos parar para pensar a seguinte questão: o que eles sabem sobre o tema que estamos tratando? Qual nossa base comum de conhecimento, a partir da qual podemos elaborar?

Não é tão difícil conseguir uma publicação internacional quando se está fazendo um doutorado fora. Há programas em que são mesmo requisito para obtenção do título. Mas depois do retorno ao Brasil é uma habilidade difícil de manter, sua taxa de obsolescência é elevada. Haja visto a carreira dos jovens Phds que voltam do exterior: depois de uns poucos anos, sua produtividade cai bastante, inclusive por razões ligadas ao ciclo de vida, filhos, por exemplo.

Para os que estão aqui há mais tempo, ou para os que nunca foram, é bastante difícil vencer a barreira da publicação internacional. Como são a maioria dos nossos pesquisadores, a questão do ranking de periódicos é altamente relevante. Tem sentido atribuir 100 pontos a um artigo publicado na *Econometrica* e 1 para um artigo publicado no JPKE ou no EDCC, seguindo-se o diferencial de impacto? É claro que não. É um diferencial que não faz justiça à situação atual dos programas de pós-graduação no Brasil.

Além disso, é importante adotar uma estrutura de incentivos que promova aquilo que a gente tem de vantagem comparativa, que está na área de Economia Aplicada. Poucos pesquisadores brasileiros têm o perfil do falecido Juan Moldau, por exemplo, que fazia pesquisa pura. Parabéns para o Moldau, mas a maioria não é assim, e isso é bom. Mesmo a RBE no seu editorial de fundação não compartilha essa preocupação. A maioria dos nossos pesquisadores trabalha em áreas aplicadas: economia agrícola, trabalho, saúde etc. Devemos estimular isso. A publicação no exterior depende de se frequentar congressos internacionais, e faz muito mais sentido fazer isso em nossas áreas de especialidade, que são circunscritas: além das áreas aplicadas, teoria dos jogos, história do pensamento, metodologia etc. Como dizem Barrett e colaboradores, a maioria dos departamentos de Economia e de pesquisadores especializa-se em subdisciplinas. Assim, com todos os seus defeitos, o ranking da Capes, que transforma uma variável contínua em uma escala intervalar a partir de consenso entre especialistas, é uma vantagem desse ponto de vista.

Outra coisa que deve ser preservada no sistema de incentivos é a possibilidade de publicações heterodoxas. A estrutura da profissão é conservadora, e o ranking internacional reflete isso. Mas nossos programas de pós-graduação, encarados coletivamente, não pensam assim, ao contrário, defendem o pluralismo. Então é importante adotar um sistema de incentivos que reflita esse pluralismo, e não copie

bobamente as classificações estrangeiras. (Aqui me ocorreu o conceito criado por Hirschman de “fracasomania”. Não tenho tempo de elaborar, mas seria uma atitude de submissão colonizada aos padrões estrangeiros, que não valoriza nossas especificidades.)

3. Sugestões finais

Da discussão acima extraio três sugestões para o comitê da Capes. Nas duas primeiras acompanho as recomendações de um artigo mais recente de João Ricardo Faria. Primeiro: Uma possibilidade de aumentar a exposição internacional dos pesquisadores brasileiros é os próprios periódicos brasileiros incentivarem seus colaboradores a publicar em inglês. Por um sistema de livre acesso pela internet (como é, se não me engano, o da *Nova Economia*, ou o da REP), os pesquisadores internacionais teriam possibilidade de conhecer esse material.

A segunda sugestão de Faria que eu também endosso, pelo menos parcialmente, é não pontuar todos os periódicos brasileiros para não incentivar a proliferação. Sabemos que é difícil manter a regularidade de uma publicação no Brasil, e que isso se faz frequentemente às custas da qualidade dos artigos publicados. Eu até tentei ajudar a conter a onda de novas revistas, mas é muito difícil, por uma estranha mania os centros pensam que esta é a melhor maneira de aumentar o número de publicações de seus pesquisadores.

Finalmente, a terceira sugestão é aumentar o diferencial das publicações nacionais e estrangeiras. Do jeito que está o sistema de ponderação, agora, eu acho que houve um retrocesso em relação ao sistema anterior. Não tem cabimento uma publicação em periódico nacional valer o mesmo ou mais do que uma publicação em periódico internacional. Desconsidera a dificuldade de publicação, o tempo de espera e, em última análise, a qualidade do artigo. Esse sistema, pelo qual eu me considero co-responsável (fui voto vencido, mas, de qualquer forma...), está gerando incentivos errados. Por que eu vou me esforçar para publicar no *Economic Theory* se ganho 16 pontos para meu centro, se posso publicar na RBE e ganhar 14?